

**Indígenas vivendo em áreas urbanas em Minas Gerais:
uma análise exploratória dos dados do Censo Demográfico de 2010.**

Isabella Arreguy Ribeiro da Costa – UFMG

Bruna Barradas Cordeiro – UFMG

Italo Ottoni de Matos – UFMG

Marcos Damasceno – UFMG

Marden Barbosa de Campos – UFMG

Resumo:

O presente trabalho inicialmente discute a relação entre os indígenas e a cidade – e o ainda presente estranhamento em relação ao indígena urbano – e depois se propõe a fazer uma análise exploratória dos resultados da última operação censitária, utilizando dados disponibilizados pelo IBGE, para observar a presença e distribuição dos declarados indígenas nas áreas urbanas das cidades de Minas Gerais, com enfoque especial na capital, Belo Horizonte.

Palavras-chave: Indígenas urbanos; Minas Gerais; Censo; Cidade;

Área temática: 3 - Demografia

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) -
Demanda Universal 2016 - APQ 0153

Introdução: os indígenas e as cidades

O tema indígenas e espaços urbanos mostra-se complexo desde o primeiro momento em que precisamos tratá-lo. Seja por um certo “essencialismo” que se costuma, ao menos entre os muitos pouco informados, impor aos indígenas (Cunha, 2012), como habitantes das florestas, com pouca influência de hábitos urbanos, seja pela negligência de nossa História em relação a essas populações, cujos silêncios e esquecimentos são enfatizados exaustivamente por Oliveira (2016).

Em um texto relativamente recente, produzido no seio da antropologia – disciplina que tradicionalmente mais se dedica ao estudo de povos indígenas no Brasil – (Nunes, 2010), aparece uma espécie de “reclamação” de que, mesmo sendo a presença dos indígenas na cidade um fenômeno antigo e que não passou despercebido pelos antropólogos, tem demorado a ganhar relevância acadêmica.

Isso tudo nos leva a um certo desconforto, no sentido de pensar que haveria um “desencaixe espacial” entre o indígena e a cidade ou que, no máximo, eles estariam lá de apenas de forma passageira ou temporária.

Contudo, é possível que os indígenas tenham sido parcela considerável da população das primeiras cidades estabelecidas nas colônias portuguesas da América, assim como sempre foram visíveis (mas não necessariamente “bem-vistos”) entre os que vivem em algumas cidades do País, muitas delas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Pois são os resultados dos últimos censos demográficos que desvendam parte importante dessa questão, desmistificando aspectos que, sem eles, posariam despercebidos de grande parte da população, inclusive de muitos cientistas sociais. Foram registrados 383 mil indígenas residindo em áreas urbanas no Censo de 2000 e 315 mil no de 2010, representando 52% e 39% dos declarados indígenas em cada censo, respectivamente. Em que pesem as variações entre os censos, os números são expressivos. Além disso, os resultados dos censos mostram que a presença de indígenas em cidades é um fenômeno de abrangência nacional e que parte importante desses indivíduos (46% em 2000 e 49% em 2010) sempre morou nesses mesmos municípios, ou seja, não são imigrantes.

Embora a forma de captação dos indígenas em pesquisas domiciliares de natureza quantitativa seja um tema complexo e que coloca certas limitações à interpretação dos números, é inegável a importância que o censo assume para estudos sobre indígenas no País.

O presente artigo realiza uma análise exploratória dos resultados da última operação censitária, realizada em 2010, destacando os principais municípios de residência dos indígenas urbanos no Estado de Minas Gerais. Faz também uma análise detalhada dos locais de residência desses indígenas, em termos de setores censitários, no município de Belo Horizonte, capital do Estado.

Os censos mostram a elevada diversidade entre as populações indígenas do País, o que não é diferente no tocante à presença indígena nas cidades. Há cidades com presença marcante de indígenas, como os municípios de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, emblemática de “cidade indígena” brasileira, cujo prefeito é indígena, do povo Ticuna, ou mesmo São João das Missões, em Minas Gerais, em que o atual prefeito é indígena Xacriabá. Há também cidades próximas a reservas, como no caso em que “certos indígenas” parque-xinguanos que demoram na cidade mato-grossense de Canarana (Horta, 2017), além dos Terena estudados por Roberto Cardoso de Oliveira nas cidades de Aquidauana, Miranda e Campo Grande na década de 1960 (Oliveira, 1968). No extremo oposto estariam as grandes metrópoles da Região Sudeste, por exemplo, onde a visibilidade dessas populações é menor, o que não quer dizer que não estejam presentes, como o caso dos Pankararu, que há décadas vivem entre o interior de Pernambuco e a Zona Sul da cidade de São Paulo, conforme nos mostra Estanislau (2014).

É importante destacar que as informações censitárias, por serem passíveis de agregação ao nível nacional, facilitam deslizes interpretativos e generalizações incorretas, podendo levar à homogeneização de algo bastante heterogêneo e diversificado.

Por fim, gostaríamos de destacar que o tema é considerado “emergente” não só no Brasil mas também em um contexto internacional. Este mereceu destaque no relatório produzido pelo Fórum Permanente para as Populações Indígenas das Nações Unidas, intitulado *State of the World’s Indigenous Peoples* (UN, 2009), assim como em publicação recente da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2014).

Dados e método

Os dados censitários têm sido cada vez mais utilizados como fonte de informação sobre a população indígena do Brasil. Desde a (re)inserção da categoria “indígena” no quesito de cor ou raça do Censo 1991, que o número de estudos de natureza quantitativa sobre os indígenas vem crescendo de forma significativa no País. A coletânea organizada por Pagliaro, Azevedo e Santos (2005), as publicações do IBGE referentes aos indígenas em 2005 e 2012 e um dossiê da Revista Brasileira de Estudos de População (número 33, volume 2) são exemplos do vigor que a temática vem ganhando no País recentemente. Assim, conforme destacam Santos e Teixeira (2011), trilha-se no Brasil uma bem-sucedida trajetória de incluir os indígenas nas estatísticas nacionais, com implicações importantes para as políticas públicas direcionadas a estes povos.

Embora em muito se tenha avançado nos últimos anos em termos de análises censitárias sobre populações indígenas, são poucos os estudos que tratam dos indígenas residentes em áreas urbanas. A maior parte da produção científica existente sobre esse tema é de natureza qualitativa e tem no trabalho de campo, em especial nas etnografias, a principal fonte de informações sobre o tema. Nesse sentido, ainda restam lacunas a serem preenchidas na utilização dos dados censitários para estudo de populações indígenas, sendo raras as análises intraurbanas construídas a respeito do tema.

O presente artigo pretende realizar uma primeira exploração ao tema, fazendo uma análise descritiva das informações do Censo Demográfico de 2010 para os indígenas urbanos de Minas Gerais. Serão apresentados os principais municípios de residência desses indígenas no Estado, tanto em termos de volume total como de residentes em áreas urbanas. Será feito também um detalhamento dos locais de residência desses indígenas em Belo Horizonte, utilizando-se as informações por setor censitário, disponibilizadas pelo IBGE como Agregados Por Setor Censitário – Resultados do Universo, complementada, em alguns casos, com informações dos microdados da amostra desse último censo.

Resultados

A tabela 1 apresenta os dados de população indígena presente nos municípios de Minas Gerais. No estado, 226 municípios não tiveram nenhum indivíduo declarado como indígena. Em 391 municípios, foram declarados indígenas entre 1 e 10 pessoas; em 151 municípios, a população indígena foi de 11 a 50 indígenas; em 38 municípios, se declararam indígenas de 51 a 100 pessoas; por fim, foram contabilizados 46 municípios com população indígena superior a 100.

TABELA 1 - Distribuição de Indígenas por município de Minas Gerais

Número de Indígenas por Município	Quantidade de municípios
0	226
1 - 10	391
11 - 50	151
51 - 100	38
>100	46

Fonte: IBGE - Censo 2010

Podemos perceber que, embora grande parte dos municípios do estado possuam indígenas de acordo com o Censo, apenas uma pequena parte possui um elevado contingente dessa população.

Na Tabela 2, constam os 10 municípios com maior número de população indígena em Minas Gerais. Pode-se perceber que, entre eles, entram-se dois tipos distintos de situação: a primeira, que compreende municípios que contam com reservas indígenas, ou localizam-se próximo a essas, como os casos de São João das Missões, Santa Helena de Minas e Bertópolis; e um segundo caso, representado pelos grandes municípios do estado em termos de população que, dado o volume absoluto de população, apresentam um volume relativamente elevado de indígenas, embora estes representem um percentual muito pequeno se comparados à população total do município.

Tabela 2 - 10 Municípios de Minas Gerais com maior população autodeclarada Indígena, em números absolutos

Posição	Município	População Indígena em números absolutos
1º	São João das Missões (MG)	7936
2º	Belo Horizonte (MG)	3477
3º	Uberlândia (MG)	926
4º	Contagem (MG)	810
5º	Santa Helena de Minas (MG)	758
6º	Ribeirão das Neves (MG)	677
7º	Juiz de Fora (MG)	639
8º	Montes Claros (MG)	625
9º	Bertópolis (MG)	505
10º	Betim (MG)	498

Fonte: IBGE - Censo 2010

A Tabela 3 ilustra essa questão, ao mostrar que todos os municípios com elevado percentual de indígenas na população encontram-se na primeira situação descrita acima. Olhando para os municípios com maior percentual de indígenas, aparecem São João das Missões, que abriga a Terra Indígena Xacriabá, Santa Helena de Minas e Bertópolis, que abrigam os Maxakali, e Carmésia, onde se encontra a Fazenda Guarani, onde vivem os Pataxó.

Tabela 3 - 10 Municípios mineiros com maior porcentagem da população autodeclarada indígena

Posição	Município	%
1º	São João das Missões (MG)	67,74
2º	Santa Helena de Minas (MG)	12,52
3º	Bertópolis (MG)	11,23
4º	Carmésia (MG)	10,18
5º	Itacarambi (MG)	2,38
6º	Resplendor (MG)	2,19
7º	Campanário (MG)	1,74
8º	Coronel Murta (MG)	1,67
9º	Umburatiba (MG)	1,33
10º	Ladainha (MG)	1,22

Fonte: IBGE - Censo 2010

Quando levamos em consideração os indígenas vivendo em áreas urbanas, apenas São João das Missões aparece entre os grandes municípios do estado, embora em termos percentuais ocorra o

mesmo que observado com relação à população total, ou seja, os maiores percentuais de indígenas vivendo em áreas urbanas aparecem nos municípios com reservas indígenas.

Tabela 4 - 10 Municípios mineiros com maior população indígena vivendo em área urbana, em números absolutos

Posição	Município	Nº indígenas em área urbana
1º	Belo Horizonte (MG)	3477
2º	Uberlândia (MG)	906
3º	Contagem (MG)	805
4º	Ribeirão das Neves (MG)	677
5º	Juiz de Fora (MG)	633
6º	Montes Claros (MG)	598
7º	Betim (MG)	497
8º	São João das Missões (MG)	408
9º	Uberaba (MG)	403
10º	Governador Valadares (MG)	334

Fonte: IBGE - Censo 2010

Tabela 5 - 10 Municípios mineiros com maior porcentagem população indígena vivendo em área urbana

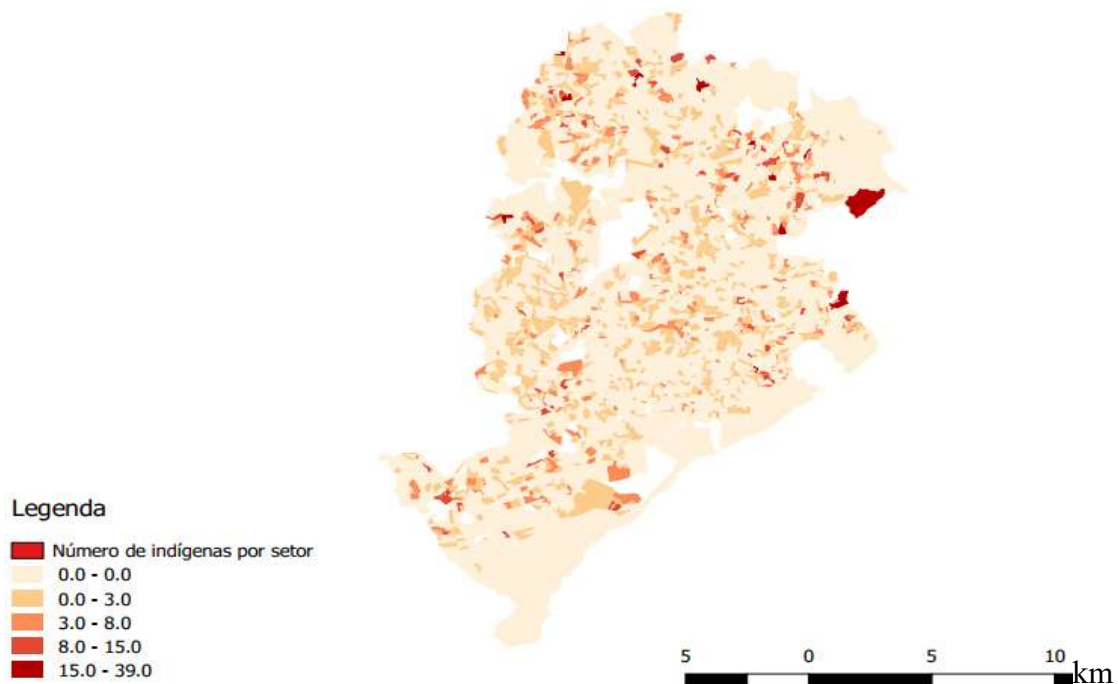
Posição	Município	%
1º	São João das Missões (MG)	3,48
2º	Umburatiba (MG)	1,33
3º	Itacarambi (MG)	1,21
4º	Couto de Magalhães de Minas (MG)	0,86
5º	Campanário (MG)	0,81
6º	Coronel Murta (MG)	0,8
7º	Cabeceira Grande (MG)	0,62
8º	Martinho Campos (MG)	0,5
9º	Santana do Paraíso (MG)	0,47
10º	Carmésia (MG)	0,45

Fonte: IBGE - Censo 2010

Em seguida, faremos uma análise dos locais de residência dos indígenas na capital do estado, Belo Horizonte. Antes de apresentar as análises por setores censitários, fizemos uma rápida caracterização sociodemográfica dos declarados como indígenas em 2010 no município de Belo Horizonte. Com base nas informações Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) vemos que 3.477 indivíduos foram declarados como indígenas em Belo Horizonte, sendo 44% deles homens e 56% mulheres. Noventa e um por cento eram alfabetizados e 68% residiam em domicílios próprios. A maior parte vivia em domicílios com quatro moradores (25%), seguidos dos que viviam em domicílios com três moradores (22%).

As informações dos agregados por setor censitário são apresentadas na Figura 1, que mostra a distribuição espacial dos setores com pelo menos um indígena no município. Salta aos olhos o fato de que os indígenas estão distribuídos de forma praticamente uniforme por todo o município, caso não levemos em conta o total de indígenas nos setores. Por outro lado, se observarmos a gradação relativa ao número de indígenas por setor, vemos que há um sensível “deslocamento” dos setores com relativamente mais indígenas para regiões mais afastadas do centro do mapa.

FIGURA 1 – Número de indígenas por setor censitário – Belo Horizonte - 2010



A fim de aprofundar a investigação desse fato, procuramos entender o que diferenciava os setores com ou sem indígenas, assim como entre os que possuíam diferentes quantidades de indígenas. Foi feita então uma análise de correlação linear entre a quantidade de indígenas nos setores e as variáveis selecionadas para o estudo (Tabela 5).

Em primeiro lugar, é importante destacar que 72% dos setores censitários de Belo Horizonte não possuíam nenhum indígena. Não fosse a apresentação da FIGURA 1, poderíamos imaginar que os indígenas são praticamente inexistentes no município. Contudo, a análise das informações apresentadas mostra que, embora numericamente o fenômeno seja diminuto, ele está presente em praticamente todo o município. Ainda assim, entre os setores que possuem indígenas, 84% possuíam cinco ou menos indivíduos declarados nessa categoria.

Com o aumento do número de indígenas, é significativo o decréscimo do rendimento nominal mensal e do percentual de responsáveis alfabetizados, além de uma pequena redução na cobertura por água encanada. Por outro lado, há um aumento na média de moradores por domicílio, além de uma pequena elevação da cobertura de coleta de lixo. Em relação às outras categorias de cor ou raça dos moradores, o aumento do número de indígenas está sensivelmente correlacionado à diminuição do percentual de brancos do setor e ao aumento de residentes pardos e, principalmente, negros.

TABELA 6 – Distribuição dos setores censitários por número de indígenas no setor, segundo variáveis selecionadas.

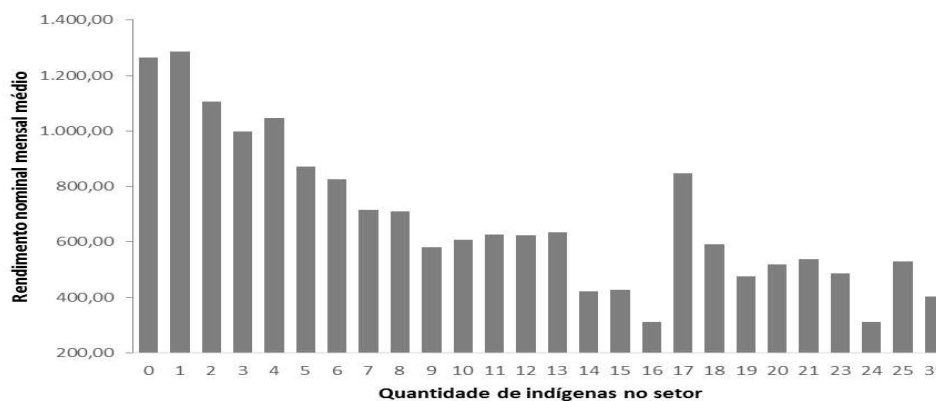
Indígenas no setor (categorias)	Setores censitários								
	Quantidade	Valores médios da categoria							
		Rendimento nominal mensal	Moradores por domicílio	% de responsáveis alfabetizados	% cobertura água encanada	% cobertura coleta de lixo	% de residentes brancos	% de residentes pretos	% de residentes pardos
0	2753	1263,80	3,10	96,5	99,7	99,4	47,6	9,8	41,6
1	450	1286,09	3,02	97,2	99,7	99,5	49,7	9,0	40,6
2	219	1105,32	3,09	96,0	99,8	99,6	46,4	10,2	41,9
3	102	997,32	3,15	95,9	99,7	99,9	43,1	11,2	43,7
4	72	1047,02	3,10	96,9	99,8	99,7	45,1	10,6	42,3
5	57	870,55	3,11	95,7	99,8	99,9	40,9	11,8	44,7
6	41	824,84	3,23	95,5	99,8	99,7	40,2	13,2	44,2
7	34	715,15	3,23	95,1	99,8	99,8	36,8	13,8	46,7
8	19	709,34	3,30	94,8	99,8	99,4	37,4	13,7	45,6
9	15	581,65	3,36	93,2	99,7	98,6	35,0	14,1	47,9
10	17	606,96	3,23	93,8	99,8	99,9	35,1	12,8	49,1
11	8	625,79	3,24	95,4	99,5	99,9	36,8	12,9	47,4
12	12	624,66	3,35	92,3	99,9	99,9	31,7	15,9	49,5
13	9	633,64	3,30	93,7	100,0	99,9	33,0	15,6	47,3
14	8	421,59	3,52	89,4	99,8	99,6	29,6	15,2	50,6
15	2	428,31	3,71	86,2	99,7	99,8	24,0	22,9	50,5
16	1	312,42	4,06	90,5	99,8	99,0	21,9	27,0	47,0
17	1	847,29	3,23	96,4	100,0	100,0	41,4	14,3	39,8
18	2	590,93	3,27	95,7	99,7	99,5	34,3	13,0	49,8
19	1	476,42	3,55	94,4	100,0	100,0	31,2	15,0	47,0
20	1	518,04	3,27	92,3	99,5	100,0	24,5	11,8	57,9
21	1	537,73	3,57	96,2	99,9	99,6	27,7	15,9	53,5
23	1	487,31	3,56	92,8	99,8	100,0	31,1	14,9	49,9
24	1	310,47	3,68	80,0	99,6	99,6	25,1	20,6	49,6
25	2	531,02	3,36	95,4	99,8	98,5	30,0	16,1	48,8
39	1	402,76	3,66	81,6	99,6	100,0	26,9	25,6	40,2
llenar com quantidade de Indígenas no setor		-0,78	0,64	-0,67	-0,66	0,05	-0,77	0,68	0,35

A variável que apresentou a maior correlação foi o rendimento nominal mensal médio do setor, de -0,78. Isso que o aumento no número de indígenas nos setores é acompanhado por uma forte diminuição do rendimento médio do setor.

O Gráfico 1 ilustra a relação entre o número de indígenas e o rendimento nominal médio, onde podemos ver quedas significativas de rendimento. O setor como 17 indígenas é o único que destoa da tendência apresentada no gráfico. Faremos uma análise específica deste setor ao final da seção.

O fato mais interessante a destacar, entretanto, é que não há praticamente nenhuma diferença entre o rendimento médio dos setores com nenhum indígena daqueles com muitos poucos indígenas. A correlação negativa só se torna visível a partir de 5 indígenas, quando a renda cai continuamente, com raras exceções.

GRÁFICO 1 – Rendimento nominal mensal médio dos setores segundo a quantidade de indígenas residentes – Belo Horizonte – 2010.



Consideramos este um ponto forte a ser destacado nesta análise: não há diferença significativa entre os setores com nenhum ou com poucos indígenas em termo das variáveis selecionadas. A renda média, por exemplo, é praticamente a mesma entre as categorias 0 ou 1 indígenas. Embora não saibamos se esses indígenas “solitários” do setor estão próximos ou afastados da média de seus rendimentos, é muito mais provável que se assemelhem às características médias do setor do que de setores localizados em outras categorias, principalmente aquelas cuja renda é muito mais baixa, que concentram muitos indígenas. Não sabemos quais indivíduos foram declarados como indígenas nesses setores, mas é provável que se assemelhem mais com os não indígenas residentes nos mesmos locais do que com os indígenas residentes em setores nos quais estão relativamente um pouco mais concentrados e que, no caso da renda, possuem valores bem inferiores.

Outra hipótese a se considerar seria a de que tais indígenas, isolados em áreas de maior rendimento, estariam morando e trabalhando nesses setores como, por exemplo, empregados domésticos. Deixando os dados de setores censitários e analisando os microdados da amostra do Censo 2010, verificamos, contudo, que nenhum dos 3.958 indivíduos declarados indígenas residindo em Belo Horizonte ocupa a função de empregado doméstico. Ao contrário, os indígenas isolados com pessoas de outras cores (ou seja, aqueles que não moram sozinhos, mas também não dividem teto com nenhum outro indígena) estão geralmente em família, sendo a maior parte ou os próprios responsáveis pelo domicílio (54,25%) ou os seus cônjuges (22,95%) – e o restante distribuído entre categorias como enteados, pais, mães, padrastos, madrastas, netos, além de uma curiosa, embora estatisticamente irrelevante (apenas sete casos na amostra não expandida), presença de filhos indígenas de pais que não se declaram como tais:

Tabela 7 - Indígenas que residem apenas com pessoas de outras cores

Relação com o responsável pelo domicílio	Frequência	%
O próprio	788	54,25
Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	333	22,95
Filho(a) do responsável e do cônjuge	64	4,43
Filho(a) somente do responsável	94	6,48
Enteado(a)	35	2,43
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	65	4,45
Neto(a)	15	1,03
Irmão ou irmã	22	1,53
Outro parente	11	0,72
Agregado(a)	25	1,72
Total	1.453	100

Fonte: IBGE - Censo 2010

Voltando à análise de setores censitários, a FIGURA 2 mostra a localização dos setores com 15 indígenas ou mais, bem como as faixas de rendimento médio mensal desses setores.

FIGURA 2 - Número de indígenas residentes e rendimento médio mensal dos setores censitários – Belo Horizonte - 2010



Fonte: IBGE,2010.

Observamos a concentração dos setores com mais indígenas na região mais clara do mapa, onde estão as rendas mais baixas. Os setores com muitos indígenas localizam-se numa espécie de “arco” externo às regiões de renda mais alta. Por outro lado, os setores com poucos indígenas que estão espalhados por uma área mais ampla do município, inclusive de renda relativamente mais elevada.

Foi realizada também uma análise qualitativa complementar, com base nas imagens do Google Earth e Google Street View para os setores com 15 ou mais indígenas (dados não apresentados). Constatamos que a maioria dos setores com 15 indígenas é predominantemente residencial, com baixa densidade de construções, ou seja, compostos em sua maioria por casas e, em alguns poucos, prédios de poucos andares. Três setores fogem dessa regra, com 17, 18 e 23 indígenas, que apresentam uma concentração de comércio em um ponto específico do setor. No caso do setor com 17 indígenas, há um amplo comércio de peças e acessórios automotivos que talvez explique a renda destoante desse setor em relação às categorias vizinhas, conforme apresentado no Gráfico 1.

Ao observarmos os equipamentos públicos, constatamos que mais da metade dos setores (8) possuem escolas e creches. Foi observado também um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no setor com 16 indígenas, localizado no bairro Granja de Freitas, região limítrofe da capital mineira. Nos outros seis setores não foram observados equipamentos públicos próximos. É interessante notar que em dois setores não foram observados pontos de ônibus.

Discussão

A presença dos indígenas na cidade brasileira é um fenômeno complexo e de implicações importantes, embora muitas vezes tenha sido ignorado ou mal compreendido. As informações dos censos demográficos lançam nova luz sobre a questão, quando mostram que um volume considerável de indígenas vive em áreas urbanas no Brasil.

As análises realizadas confirmam a utilidade da base de dados dos setores censitários para estudos de indígenas em espaços urbanos, conferindo grande potencial interpretativo para uma escala bastante reduzida.

Os resultados mostram que há pelo menos dois tipos de indígenas que emergem dos dados do censo em contextos urbanos, voltando mais uma vez à provocação de Santos e Teixeira (2011). Há indígenas que vivem espacialmente isolados de outros indígenas (no sentido estrito de não haver outros indígenas residindo com eles, embora possam compartilhar a própria residência com indivíduos de outra cor ou raça) em setores censitários de alta renda, alto nível de escolarização e

elevado percentual de brancos residentes. Já sendo bastante heterogênea a situação dos indígenas no Brasil, ponto em que os resultados do censo e os estudos etnográficos convergem, surge esse grupo de indígenas para complexificar ainda mais a questão. Por outro lado, um pequeno grupo de indígenas vivia em setores com mais indígenas, setores que apresentavam baixa renda, maior nível de responsáveis analfabetos e maior percentual de população preta e parda. Outro ponto importante é que os dados apontam que os setores que possuem mais indígenas estão localizados nas áreas com as condições do entorno em piores condições urbanísticas em relação aos demais setores urbanos em Belo Horizonte. Mais além, mesmo analisando o entorno imediato, estes setores também apresentam as piores condições, apontando para a vulnerabilidade destas populações no que tange a habitação em Belo Horizonte.

Espera-se, com base no exercício realizado, contribuir para a ampliação do uso de informações censitárias para estudos de populações minoritárias em ambientes urbanos, assim como para enfrentar a invisibilidade demográfica dessa população.

Referências bibliográficas

ARCHELA, R.S. & THÉRY, H. *Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos*. Confins [Online]: 3, 2008.

BESAG, J. Spatial interaction and the statistical analysis of lattice systems (with discussion). *Journal of the Royal Statistical Society Series B*, 36:92–236, 1974.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago, Chile: CELADE (Centro Latinoamericano de Demografía), 2014.

CUNHA, M. C. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Claroenigma, 2012.

ESTANISLAU, B. R. *A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil, 2014*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

HORTA, C. Indígenas em Canarana: notas cidadinas sobre a criatividade parque-xinguana. *Rev. antropol. (São Paulo, Online)*, v. 60 n. 1: 216-241, 2017.

IBGE. Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário. IBGE Rio de Janeiro 2011 (disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/)

IBGE. Características gerais dos indígenas: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE 2012.

LIGEIRO, R. et al. Defining quantitative stream disturbance gradients and the additive role of habitat variation to explain macroinvertebrate taxa richness. *Ecological Indicators*, 25:45-57, 2013.

MITAS, L. & MITASOVA, H. Spatial interpolation. In: LONGLEY, P.; GOODCHILD, M.F.; MAGUIRE, D.J. & RHIND, D.W. (Eds.). *Geographical information systems: principles, techniques, management and applications*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2005.

NUNES, E. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, 4 (1): 9, 2010.

OLIVEIRA, J.P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2016.

OLIVEIRA, R. C. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PAGLIARO, H., AZEVEDO, M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ABEP, 2005.

SANTOS, R. V. Prólogo ao dossiê Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33: 2311, 2016.

SANTOS, R. V. & TEIXEIRA, P. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(6):1048-1049, 2011.

SIMONI, A. T. & DAGNINO, R. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. *Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)*, 33: 223, 2016.

UN – United Nations. *State of the World's Indigenous Peoples*. New York: UN, 2009.